



Estado de Pernambuco  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO SURUBIM**

**LEI Nº 011/2006**

**EMENTA:** *Dispõe sobre diretrizes para concessão da gratificação SUS e da outras providências.*

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - Estabelece as seguintes diretrizes para a percepção da gratificação SUS – Sistema Único de Saúde, a ser atribuída aos servidores municipais, bem como aos servidores do Estado à disposição do município de Surubim.

- I – nível funcional do cargo exercido;
- II – regime, horário e local de trabalho;
- III – vínculo com o Programa Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

**Art. 2º** - O custeio das despesas com a gratificação SUS e o seu efetivo pagamento, será assumido na dotação orçamentária própria, e por repasse da União dos recursos destacados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

**Art. 3º** - A percepção da gratificação SUS para o servidor lotado na Secretaria de Saúde do Município de Surubim será relacionada ainda disposições constantes da Lei nº 6.123/68, Estatuto dos Servidores Públicos do Estado e alterações posteriores, recepcionado pelo Município por lei específica.

**Art. 4º** - A Gratificação SUS não será computada para o cálculo de qualquer outra vantagem, nem será considerada para efeito de incorporação aos proventos de aposentadoria, bem como não incidirá sobre a mesma desconto de contribuição previdenciária.



Estado de Pernambuco  
PREFEITURA MUNICIPAL DO SURUBIM

**Art. 5º** - A gratificação SUS será paga no mês subsequente àquele da sua apuração.

**Art. 6º** - A gratificação SUS é devida aos servidores mencionados no artigo 1º desta lei, salvo nos casos das licenças constantes da Lei nº 6.123/68, Estatuto dos Servidores Públicos do Estado e alterações posteriores, à exceção da licença gestante.

**Art. 7º** - Os atos necessários à regulamentação desta lei serão estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da sua publicação.

**Parágrafo Único** - A regulamentação da presente lei será efetuada com a anuência do Conselho Municipal de Saúde.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os critérios e atos já estabelecidos pelas partes referidas do artigo 8º desta lei.

**Art. 9º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Surubim, 02 de junho de 2006.

**FLÁVIO EDNO NÓBREGA**  
Prefeito